



FORMAÇÃO DOCENTE E A INCLUSÃO ESCOLAR: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DO ESCLARECIMENTO EM ADORNO

Gilvana Nascimento Rodrigues Cantanhêde¹

RESUMO

Esta pesquisa refletiu sobre a formação docente com vista a inclusão de estudantes com deficiência para ter um entendimento a partir do conceito de esclarecimento deixado por Adorno. Dessa forma, teve-se como objetivo geral conhecer as contribuições do conceito adorniano de esclarecimento buscando fazer relação com as discussões a respeito da formação docente na perspectiva da inclusão escolar e como objetivos específicos buscou-se, evidenciar a concepção de esclarecimento a partir de Adorno e a relação com a formação docente, além de refletir sobre o conceito de inclusão escolar. A metodologia utilizada foi a bibliográfica, tendo como corpus teórico para fundamentação estudiosos como: Adorno (1995), Adorno e Horkheimer (1985), Mendes (2017), Costa (2011). Com este trabalho foi possível observar que a formação docente com o olhar na inclusão escolar não pode limitar-se a ser mera forma de instrumentalizar/atualizar os professores, a partir de uma racionalidade prática, mas que favoreça o esclarecimento, de maneira a permitir ao professor um posicionamento autônomo, consciente, fundamentado e crítico diante da dinâmica da vida escolar.

Palavras-chave: Formação docente, inclusão escolar, esclarecimento.

INTRODUÇÃO

Os estudos acerca da formação docente têm se intensificado consideravelmente, por outro lado, também é possível constatar que a temática voltada para a inclusão escolar tem alcançado maior espaço nas pesquisas científicas e na sociedade de modo geral, mas ainda há muito para se refletir e contribuir com as mudanças necessárias, a fim de proporcionar maior visibilidade sobre a importância da formação de professores na perspectiva da inclusão escolar buscando fazer uma intersecção com os estudos de Adorno, mais precisamente, no que se refere a questão do esclarecimento.

Assim, teve-se como pergunta norteadora a seguinte: Como os estudos de Adorno, principalmente, no que tange ao conceito de esclarecimento, pode trazer contribuições com as discussões acerca da formação de professores com vista a inclusão de alunos com deficiência? Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho consistiu em conhecer as contribuições do conceito adorniano de esclarecimento buscando fazer relação com as discussões a respeito da formação docente na perspectiva de inclusão escolar, no objetivo específico buscou-se, evidenciar a concepção de esclarecimento a partir de Adorno e a relação com a formação docente, além de refletir sobre o conceito de inclusão escolar.

¹Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, gilvananrodrigues@hotmail.com



Quanto a metodologia utilizada fez-se uso da pesquisa bibliográfica a fim de buscar nas leituras de Adorno (1995) e Adorno e Horkheimer (1985) sobre esclarecimento; de Mendes (2017) sobre inclusão escolar e de Costa (2011) sobre Formação docente na perspectiva inclusiva.

Tanto a formação inicial quanto a continuada é de grande relevância para a qualidade na educação, sem desconsiderar a importância dos outros condicionantes, que juntos corroboram para um melhor ensino e aprendizagem na escola, portanto, há necessidade de refletir sobre a formação docente, principalmente, quando o olhar se volta para a inclusão de estudantes com deficiência e a contribuição da escola, mais precisamente do docente, que está diretamente envolvido com a dinâmica pedagógica.

A inclusão escolar ainda é um desafio, muitos debates e reflexões seguem sendo feitos pela comunidade científica para que professores, estudantes, pais e comunidade em geral, tomem ciência dos resultados das pesquisas para que possam juntos discutir e ao mesmo tempo, haja a construção de uma forma de pensar que ultrapasse o formato individualista, produtivo e preconceituoso, tão presente no modelo capitalista de sociedade, acredita-se que para tal desafio, requer um olhar e pensar crítico, além de intencionalidade e tempo para desconstruir e reconstruir estruturas de pensamentos. Costa (2011, p. 47) ao analisar a inclusão escolar faz esta afirmativa:

Vale destacar que a educação inclusiva é uma experiência histórica recente e, assim, um processo em elaboração. Levando tempo para sua concretização, fortalecimento e conscientização de pais, alunos e professores/as de que são necessários espaços democráticos na escola pública. Tomara que chegue logo o dia em que todas as escolas públicas serão inclusivas, efetivando o acesso ao conhecimento para a totalidade dos alunos com e sem deficiência.

A autora ainda enfatiza a importância da formação docente quando destaca:

Há que se pensar na importância da formação dos professores, sobretudo em uma época em que a educação inclusiva é preconizada como essencial para um enfrentamento e superação do preconceito na escola pública e nos demais espaços sociais (Costa, 2011, p.51)

Dessa forma, é preciso considerar a formação docente não como uma mera atualização de conteúdos ou aprendizagens de tarefas a serem realizadas em sala de aula, mas como possibilidade de esclarecimento. Para Freitas e Campos (2021, p.10) “O esclarecimento fortalece a resistência para a ruptura com a subordinação inculcada para sujeição do indivíduo”. O esclarecimento é a saída da minoridade, tal como propõe Kant, citado por Adorno (1995, p. 169):



Para precisar a questão, gostaria de remeter ao início do breve ensaio de Kant intitulado "Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?". Ali ele define a menoridade ou tutela e, deste modo, também a emancipação, afirmando que este estado de menoridade é auto inculpável quando sua causa não é a falta de entendimento, mas a falta de decisão e de coragem de servir-se do entendimento sem a orientação de outrem. "Esclarecimento é a saída dos homens de sua auto inculpável menoridade".

Nesse sentido, esclarecimento “é o entendimento dirigido pela razão. Isso significa simplesmente que, graças a sua própria coerência, ele reúne em um sistema os diversos conhecimentos isolados” (ADORNO; HORKEIMER, 1985, p.81). Acredita-se que ter o esclarecimento como prerrogativa na formação docente, possa permitir ao professor pensar, discutir e agir acerca das experiências escolares na perspectiva da inclusão escolar de estudantes com deficiência, sendo que se considera como inclusão escolar mais que a simples matrícula do aluno na escola comum.

Para Mendes (2017, p. 66), ainda não se tem chegado a um consenso sobre a concepção de inclusão escolar, devido a possibilidade de entendimento diversos que se delinea a partir do ato (simples matrícula na sala comum) ou do efeito de incluir (inserção social, desenvolvimento pessoal e cidadania), entretanto, ela ressalta que “o atributo principal tem sido a garantia de oportunidade de plena participação dos alunos PAEE [Público-Alvo da Educação Especial] nas salas de aulas comuns de escolas regulares” (MENDES, 2017, p. 74). Vê-se que para além de estar na escola, inclusão escolar é possibilitar ao discente participar de todas as atividades que favoreça o desenvolvimento deste, e criar múltiplas alternativas que proporcione equidade de aprendizagens.

Quando se pensa a formação docente em uma perspectiva de inclusão escolar não se pode deixar de destacar o aspecto adorniano do esclarecimento enquanto emancipação e autonomia das pessoas. Dessa forma, professores e estudantes, não podem se sujeitar a tipos de padrões de pensamentos que leva a uma adequação da consciência, tornando-os em espécies de robôs que não conseguem pensar por si próprios. Faz-se necessário que os docentes tomem decisões a partir de um posicionamento fincado em parâmetros científicos, críticos e democráticos, sem perder de vista a experiência, que para Adorno (1995) são experiências intelectuais, sendo que “a educação para a experiência é idêntica à educação para a emancipação”. Logo, pode-se reafirmar que “Isso implica pensar a escola, como local de formação de sujeitos críticos, pensantes, capazes de se contrapor a toda forma de manipulação e dominação imposta pela sociedade” (Costa, 2011, p. 45).

METODOLOGIA



O percurso metodológico deste trabalho partiu de uma abordagem qualitativa tendo em vista a compreensão do fenômeno estudado, buscando fazer as articulações necessária no que concerne a formação docente pela perspectiva da inclusão escolar através da lente do esclarecimento, conceito trabalhado por Adorno a partir das ideias de Kant.

Para realizar a pesquisa bibliográfica buscou-se aprofundar-se nas leituras de Adorno (1995) e Adorno e Horkheimer (1985) sobre esclarecimento; também em Mendes (2017) sobre inclusão escolar e passando ainda por Costa (2011) para refletir sobre a Formação docente na perspectiva inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este trabalho buscou conhecer as contribuições do conceito Adorniano de Esclarecimento para as discussões acerca da formação de professores com vista a inclusão. Ainda que Adorno não tenha tratado diretamente de formação docente e nem mesmo sobre pessoa com deficiência sua concepção de esclarecimento pode sinalizar muito para as questões atuais sobre a temática.

Para Adorno e Horkheimer (1985, p. 19) o esclarecimento como forma mais ampla do progresso do pensamento vem perseguindo dois objetivos que são: de um lado, livrar a humanidade do medo e por outro, fazer das pessoas “senhoras de si”, ou seja, de seus pensamentos. Estas duas possibilidades do esclarecimento, pode ser discutida a partir de uma formação de professores que busque favorecer aos docentes a libertação de seus medos e temores quando o assunto é a sala de aula com suas complexidades, dinamicidade e peculiaridade. Em uma proposta de formação para o esclarecimento há que se buscar a saída do docente da minoridade, isto, devido à falta de conhecimento para tomada de decisão e, sobretudo, a falta de coragem para fazer uso de seu próprio entendimento.

Não se pode pensar a formação docente a partir de uma concepção capitalista de divisão social do trabalho, como se fosse possível colocar de um lado aqueles que pensam (professores formadores) e de outro lado os que executam (os professores em formação). Na perspectiva do esclarecimento, o conhecimento não é propriedade exclusiva de um grupo, mas, todos precisam ter acesso e usufruir do conhecimento, de tal maneira que possam tomar decisões.

Para Adorno (1995, p. 48) o esclarecimento sempre consistirá em elaborar o passado, é bem verdade que o filósofo estava se reportando a barbárie que resultou no holocausto de milhares de judeus e demais inferiorizados por quem se considerava superior. Para o autor, o passado não pode ser esquecido, mas elaborado, ou seja, “O passado só estará plenamente



elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou” (Idem). Apropriando-se da ideia de Adorno para a discussão aqui proposta, é possível observar a necessidade em conhecer a história da pessoa com deficiência, que esteve sempre ligada a morte, sofrimento, exclusão, negligência e a tudo que se relaciona com ruim, feio, indigno ou castigo, que desperta na sociedade um descrédito pela pessoa com deficiência, acreditando que elas não necessitam estudar, estar em espaços de lazer, ou ainda, viver com dignidade, por vê-las como incapazes de desenvolver suas potencialidades .

Dessa forma, os estudos até aqui realizados, sinalizam para uma possível contribuição do conceito de Adorno sobre esclarecimento para as discussões acerca da inclusão escolar, na medida em que ressalta a saída do sujeito de sua minoridade indesculpável e a necessidade de elaboração do passado o que pode favorecer tanto autonomia docente quanto a emancipação dos sujeitos que compõe a escola, pois é preciso conhecer a história da pessoa com deficiência e entender que dentro de uma perspectiva socioeconômica, havia um posicionamento relativamente consensual da sociedade para essas pessoas, tal posicionamento era de exclusão.

Para as sociedades primitivas, que eram nômades, caçadores exímio, além de pescadores e coletores de alimentos, acredita-se que para tal sociedade, a pessoa com deficiência teria muita dificuldade em acompanhar o ritmo de vida, sobretudo, marcado por longas viagens e a forma rústica de obtenção dos alimentos, pode ser que algumas culturas ou grupos étnicos tratassem de forma diferente as pessoas com deficiência, mas entende-se, ainda que com poucos registros sobre esse período, que a exclusão e a morte, possivelmente era o caminho para essas pessoas.

Nas sociedades feudais, a agricultura era predominante, a maioria das pessoas eram camponesas, ou seja, trabalhadores que cultivavam a terra em troca de proteção e permissão de utilizarem a terra, importante ressaltar que parte do resultado do cultivo retornavam para os senhores feudais; ainda fazia parte da economia, as manufaturas domésticas e o sistema de trocas. Vê-se que nesse tipo de sociedade as pessoas com deficiência eram consideradas inaptas a contribuir economicamente, dependendo, assim da caridade das pessoas e a deficiência, era frequentemente associada ao castigo divino devido a algum pecado cometido.

Nas sociedades capitalistas a economia gira em torno do lucro, sendo necessário que haja produção e consumo. Nesse contexto a pessoa com deficiência, em sua maioria, terão muitas limitações em se tornarem produtivas, comumente, ficando fora do mercado de trabalho, por mais que se tenha criado leis que obriguem ao empresariado a empregabilidade de pessoas com deficiência, ainda assim, estas, terão mais entraves do que as sem deficiência.

Conhecer a trajetória da pessoa com deficiência ao longo das sociedades, permite perceber como elas foram assassinadas, abandonadas e excluídas em seus direitos. É preciso refletir sobre a condição da pessoa com deficiência na sociedade atual suas limitações e possibilidades, impulsionando tal sociedade, a posicionar-se a partir de uma vertente inclusiva.

Assim, observou-se a possibilidade de relacionar o conceito de esclarecimento na reflexão adoniana com a formação docente tendo em vista a inclusão escolar, como possibilidade de garantia de oportunidades e participação dos alunos com deficiência na escola, de tal forma que estes, venham usufruir do direito de aprender e, possam desenvolver suas potencialidades, mediados por uma rede de apoios e condições favoráveis que oportunizem participarem ativamente da escola. De tal forma que, a resposta da sociedade não seja mais de exclusão e preconceito a essas pessoas, mas de respeito, dignidade, solidariedade, participação e equidades de oportunidades, haja vista que é através de uma sociedade acessível tanto no aspecto físico, comunicacional e no âmbito afetivo que é possível construir melhores espaços de desenvolvimento da pessoa com deficiência e de todos os demais.

A escola constitui um espaço importante para que haja práticas pedagógicas inclusivas, favorecendo um olhar mais voltado para as especificidades dos estudantes sem e com deficiência, permitindo assim a participação e a aprendizagem deles, tendo em vista que é necessário a equidade de condições com relação aos estudantes sem deficiência.

Para tanto, faz-se necessário que a escola se volte com responsabilidade para as adaptações curriculares necessárias, não de maneira a esvaziar as possibilidades de aprendizagem dos alunos com deficiência, mas pelo contrário, que proporcione a estes, momentos enriquecedores de aprendizagens, permitindo o acesso ao currículo considerado necessário para os alunos de cada nível escolar.

Todo esse movimento em prol da aprendizagem dos estudantes com e sem deficiência, está diretamente relacionado com o professor que precisa conhecer e posicionar-se diante da realidade da inclusão escolar, dessa forma, a formação docente, seja ela inicial ou continuada, deve favorecer o desenvolvimento profissional do docente permitindo “prepará-lo para analisar e discutir as questões relativas à função social da escola e a importância de seu trabalho; considerar as diferenças individuais dos alunos e a complexidade da prática pedagógica” (MENDES, p.38, 2010).

A inclusão escolar, longe ser a realização de filantropia ou solidariedade, obrigação imposta aos professores e demais participantes da escola, aumento de gastos público desnecessários ou quaisquer outras conotações negativas que frequentemente permeia os



pensamentos de uma sociedade não esclarecida acerca do que seja incluir, inclusão escolar é antes de tudo, um direito da pessoa com deficiência.

Ao refletir sobre a inclusão escolar é preciso estar certo quanto a concepção desse termo considerando sua abrangência e importância para uma sociedade democrática. Mendes e colaboradores (2022, p.22) ao demarcarem seus posicionamentos acerca da definição da inclusão escolar, destaca: “movimento filosófico com implicações políticas e práticas que implicam na proposta de escolarização de estudantes do público-alvo da Educação Especial em classes comuns de escolas regulares”.

Com este trabalho foi possível observar que a formação docente com o olhar na inclusão escolar não pode limitar-se a ser mera forma de instrumentalizar/atualizar os professores, a partir de uma racionalidade prática, mas que favoreça o esclarecimento, de maneira a permitir ao professor um posicionamento autônomo, consciente, fundamentado e crítico diante da dinâmica da vida escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação docente tem sido um ponto fulcral de discussão quando o assunto é qualidade na educação, ou seja, o professor é um dos componentes da escola que associados a muitos outros, podem favorecer o processo de inclusão escolar, principalmente, a partir de práticas emancipatórias sustentadas em posicionamentos que refletem o esclarecimento.

Esta pesquisa constatou que as contribuições do conceito adorniano de esclarecimento quando se pensa em formação docente na perspectiva de inclusão é muito apropriado, sobretudo, porque permite trazer para reflexão e para as práticas docentes, um posicionamento crítico, emancipador e democrático, não de cunho autoritário ou dominador, presentes em contextos de semiformação, portanto, onde a barbárie é uma constante. Não se pode seguir acreditando que apenas alguns tem capacidade e tendência para estudar. Esclarecimento é mais do que ter conhecimento, é fazer uso do conhecimento crítico de forma consciente e livre.

Torna-se primordial que ao refletir sobre a inclusão escolar se tenha em voga o esclarecimento que não aprisiona o pensamento, mas que pelo contrário, traz emancipação e liberdade, inserindo os sujeitos dentro de um contexto de autonomia que se dá a medida em que o pensar não está fadado ao controle. Entender que pessoas com deficiência são primeiramente pessoas, que como outras, precisam ter seus direitos de aprender, respeitados e garantidos. Só assim, pode-se pensar em uma sociedade que embora não esclarecida, caminhe em direção ao esclarecimento como uma possibilidade que requer investir na educação crítica e para todos.

REFERÊNCIAS



ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, 3ª edição, Editora: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1985.

COSTA, Valdelúcia Alves. Formação de professores e educação inclusiva: experiências na escola pública. In: COSTA, Valdelúcia Alves et al. (Org.). **Políticas públicas e produção do conhecimento em educação inclusiva**. Niterói: Intertexto, 2011. p.31-52.

FREITAS, Nidal Afif Obeid; CAMPOS, Luciana Maria Lunardi Campos. **Formação de professores**: esclarecimento e autorreflexão para uma educação emancipatória com base em Theodor Adorno. **Educ. Teoria Prática**, Rio Claro, v. 31, n. 64 e 16, jan.2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-81062021000100114&script=sci_arttext. Acesso em 02 de abril de 2023.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Sobre alunos “incluídos” ou “da inclusão”: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. In: VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA, Alexandro Braga; OLIVEIRA, Ivone Martins de (Org). **Educação especial inclusiva**: conceituações, medicalização e políticas. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2017.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Inclusão marco zero**: começando pelas creches. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2010.

MENDES, Enicéia Gonçalves; SANTOS, Vivian; SEBIN, Bruna Raffaini. **Política de Educação Especial no Brasil**: Análise da Produção de Textos de 2004 a 2019. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.